

**O Capitão na visão dos Kaiowá e Guarani do Tekoha
Guapo'y/Reserva de Amambai**
*Capitan according to Kaiowá and Guarani from Tekoha
Guapo'y/Amambai Reservation*

Makiel Aquino Valiente¹
Rogerio da Palma¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v19i39.603>

Resumo: O artigo aborda a visão dos Kaiowá e Guarani sobre o conceito de Capitão, forma de liderança imposta, entre 1915 e 1929, pelo órgão indigenista Serviço de Proteção ao Índio (SPI) para administrar as reservas dos Kaiowá e Guarani na região do Cone Sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul. Tendo como referência teórica a denominada “história dos conceitos”, o foco do estudo é refletir como o conceito de Capitão interferiu na política de organização social dos Kaiowá e Guarani, assim como captar a visão dos moradores acerca dessa posição social, comparando a administração do *Ñande Ru* nos *tekoha* e a administração do Capitão nas reservas Kaiowá e Guarani.

Palavra-chave: Kaiowá e Guarani; Capitão; Amambai.

Abstract: The article approaches the Kaiowá and Guarani views on the concept of Captain, a form of leadership imposed, between 1915 and 1929, by the Indigenous Agency Indian Protection Service (SPI), to administer the Kaiowá and Guarani reserves in the Southern Cone of actual Mato Grosso do Sul state. Taking as theoretical reference the called “history of concepts”, the focus of the study is to reflect how the concept of captain interfered in the politics of social organization of the Kaiowá and Guarani, as well as capturing the residents’ view of this social position, comparing administration of *Ñande Ru* in *tekoha* and the administration of the Captain in the Kaiowá and Guarani reserves.

Keywords: Kaiowá and Guarani; Captain; Amambai.

¹ Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Amambai, Mato Grosso do Sul, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa realizou-se no momento em que ocorria a eleição para eleger um novo representante na liderança do *tekoha*² Guapo'y – Amambai. Durante a convocação dos pré-candidatos para a eleição, ocorrida entre os meses de setembro e outubro do ano de 2016, tivemos a oportunidade de participar da reunião organizada pela comissão. De um lado, um grupo opinou por quatro vagas para os candidatos definitivos. Esse grupo alegava que essas vagas serviam para não haver tanta concorrência entre os candidatos. De outro lado, havia grupos argumentando que, se é democracia, o número de candidatos deveria ser ilimitado. No fim, saíram oito candidatos.

O artigo tem o objetivo de captar a visão dos moradores da Reserva Amambai sobre a posição do Capitão, como ainda hoje são chamadas as lideranças das aldeias Guarani em Mato Grosso do Sul. Realizamos pesquisa bibliográfica referente aos Kaiowá e Guarani, como também entrevistas, e participamos de reuniões dos moradores da Aldeia Guapo'y. Primeiramente, traremos um panorama histórico da criação da Reserva Kaiowá e Guarani da Aldeia Amambai, marcada por repressão, redução de seus territórios, violência e remoção. Posteriormente, abordaremos o olhar dos Guarani e Kaiowá da Aldeia Guapo'y/Amambai sobre a figura do Capitão.

2 A HISTÓRIA DO ALDEAMENTO

Desde o início da colonização portuguesa, os colonos, ou, como se autoconsideram, os “moradores”, criaram aldeamentos. Em um primeiro momento, próximo às vilas, assim podendo se utilizar da mão de obra dos indígenas, que, por exemplo, trabalhavam como assalariados nas plantações, no trabalho doméstico etc. (PERRONE-MOISÉS, 2009 p. 115-9). Outra forma de utilização do trabalho dos indígenas foi como guia para entrar no interior do sertão, pois eles conheciam muito bem a geografia do espaço. Porém, isso somente valia para aqueles que foram aldeados, ou seja, os indígenas que aceitaram a catequização e foram trazidos às Reduções Jesuíticas. Aqueles que responderam com hostilidade aos

² É o espaço em que se realiza a maneira de ser do Kaiowá e Guarani, que pode ser traduzido por terra ou território; assim, é o lugar onde se produzem relações sociais, relações econômicas e político-religiosas (ver Mapa Guarani Continental – EMGC [MELIÀ, 2016]).

colonos, por não aceitarem serem catequizados e “civilizados”, eram escravizados ou massacrados pela “Guerra Justa”. Ressalta-se que, nesse período, era legitimado o etnocídio a favor da “civilização” europeia, fazendo com que se concretizasse o etnocentrismo acentuado para que os colonos europeus conseguissem manter a dominação sobre outras sociedades. Perrone-Moisés (2009) analisa essa classificação feita pelos colonos: “os índios aldeados, os índios aliados e os índios hostis”. Segundo ele, é a partir dessa classificação que os colonizadores justificavam seu tratamento em relação aos nativos.

Desde o início da colonização, a intenção dos colonos e jesuítas foi construir uma política indigenista amparada no interesse da Coroa Portuguesa. O discurso dos colonizadores dizia que os indígenas aceitavam ser aldeados sem nenhuma utilização da base da força. Isso não quer dizer, todavia, que eles faziam a vontade dos indígenas; eles realizavam certas ações para que se aplicasse a guerra para certos grupos indígenas. Assim, eles justificavam que tal grupo indígena era hostil, antropofágico ou ameaçava a vila local, declarando, assim, a “Guerra Justa”. Havia também dúvida de ação que trazia dilema entre colonizações jesuítas e colonos, pois os primeiros estavam interessados na conversão e no letramento dos indígenas, enquanto os segundos, na utilização da mão de obra a partir da escravização. Porém, essa ação somente poderia ser liberada caso os indígenas fossem capturados em guerra. Além disso, os colonos denunciavam a ação jesuítica de poder ir contra a vontade da Coroa para que pudesse ser liberada a mão de obra indígena na colonização, já que os jesuítas somente se interessavam na salvação da alma dos indígenas. Em vários momentos, eles inventavam essas justificativas para que se pudessem avançar sobre os grupos indígenas³.

Na construção do aldeamento, feita durante a colonização portuguesa sobre o Brasil, havia vários grupos étnicos que habitavam o território, dificultando a invasão e a ocupação dos lusos para legitimar as sesmarias. Os colonos, contudo, necessitavam dos indígenas para a exploração do espaço, que somente os nativos conheciam. Devido a isso, sua intenção era manter os aliados e aldeados, que os ajudassem na exploração, na extração de recursos naturais e na proteção de suas colônias. Naquele momento, o Estado e a religião estavam associados. Outra maneira de se construir aldeamentos era por meio da conquista espiritual dos

³ Ver História do Índio do Brasil, Cunha (2009).

nativos, a conversão dos indígenas ao cristianismo. Por isso a instalação das igrejas dentro das aldeias. Atualmente, umas das instituições mais influentes dentro da aldeia é o Pentecostalismo, mas lembrando que a igreja fundada por jesuítas era diferente das igrejas existentes atualmente em várias comunidades indígenas. Segundo Moraes (2014), a Igreja Pentecostal conseguiu torna-se homogênea mais rapidamente do que a Igreja Protestante⁴, mas isso aconteceu muito mais adiante, em uma das últimas décadas de 1900.

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI), projetado pelo engenheiro militar Cândido Mariano da Silva Rondon, em 1910, é o primeiro órgão indigenista a fim de dar sua contribuição ao “Progresso do Brasil”. O objetivo era poder integrar os indígenas à sociedade nacional. Dito em outras palavras, mais um projeto positivista sancionado para legitimar um etnocídio para com as diversidades do modo de viver de diversos grupos étnicos. O território Kaiowá e Guarani se estendia desde o Rio Apa até o Rio Paraná (sentido Norte e Sul) e do Rio Brillhante a Porto Murtinho (no sentido Leste e Oeste). Geograficamente, os Kaiowá situavam-se do Rio Iguatemi para cima, enquanto os Guarani, do Rio Iguatemi para baixo (BRAND, 2001; PEREIRA, 2007).

O confinamento dos Kaiowá e Guarani na região de Mato Grosso do Sul ocorreu entre 1915 e 1928, feito por esse órgão indigenista. Nesse contexto, as parentelas Kaiowá e Guarani estavam dispersas pela região. Logo que a expansão das ocupações dos colonos passou a adentrar-se pelo interior do Brasil, atingindo essa região, a finalidade desses últimos era poder instalar a criação de gado. Para a formação agropastoril, entretanto, foi necessária a expulsão dessas populações nativas. Desde o século XIX, o impacto do processo da colonização atingiu essa região, principalmente após a Guerra da Tríplice Aliança (CAVALCANTE, 2015) e na instalação da Empresa Companhia Mate Larangeira.

Segundo Pereira (2007), a reserva é um espaço de acomodação dos Kaiowá e Guarani; é uma estratégia dos neocolonialistas para poder criar dificuldades aos que resistem em permanecer em seus *tekohas*, fazendo com que os que já estão na reserva convidem seus parentes, pois somente ali teria “recurso” e “espaço” para eles, ou seja, forjamento da área de acomodação. Para que a região seja

⁴ Ver Moraes (2014), disponível em: http://www.encontro.ms.anpuh.org/resources/anais/38/1412825204_ARQUIVO_comunicacao-anpuhms2014_jose-augusto-santos-moraes.pdf

liberada para os colonos, foram criadas oito reservas nos atuais municípios de Dourados, Caarapó, Amambai, Coronel Sapucaia, Tacuru, Paranhos e Porto Lindo. Muitos coletivos foram tirados à força do seu *tekoha* para serem levados aos confinamentos. Relatos de muitos moradores antigos de Amambai contam as injustiças feitas pelas remoções e expulsão dos *te'yi* Guarani e Kaiowá dos seus *Tey'iretã*.

Sendo assim, a finalidade de manter a formação de reserva, que Brand (p. 67-88, 2007) denomina de confinamento, era manter agrupados os Kaiowá e Guarani. Surgiu, contudo, a necessidade de se criar uma entidade – o Capitão – que poderia legitimar o controle desse espaço, tanto no manuseio da força de trabalho quanto para deixar livre o espaço para a ocupação das novas áreas de conquista.

2 A ABORDAGEM HISTÓRICA DOS CONCEITOS

Estudar a História dos conceitos, conforme formulada pelos grandes estudos de autores como Quentin Skinner, remete a uma crítica ao essencialismo dos objetos de estudo (JASMIN, 2006). Iniciou-se essa crítica entre as décadas de 1950 e 1960, em um primeiro momento no campo da semântica, na medida em que se analisavam os conceitos das palavras em diferentes espaços e em diferentes momentos. Uma das críticas primeiramente lançadas à teoria tradicional da história das ideias foi a teoria skinneriana. Trata-se de questionar a maneira de elaboração dos conceitos e sua significação pelo modo tradicional de utilizarem-se do anacronismo, ou seja, ideias que não são cabíveis para a significação da realidade em seu contexto, e de criarem pensamentos impensáveis (JASMIN, 2006). O contextualismo linguístico de Skinner resulta na ideia ou teoria apreendida em um contexto específico; fazer história com a preocupação metodológica de analisar os conceitos para compreender e apreender o significado original com precisão produzida no interior de um contexto, não caindo ao erro do anacronismo, de não tentar desviar-se dos conceitos originais surgidos em tempos específicos. Portanto, para a compreensão de um significado em um recorte temporal, é preciso contextualizar o momento, colocar em foco os termos exatos dos fatos de um contexto histórico (JASMIN, 2006).

Outro historiador conhecido no campo da história conceitual é Reinhart Koselleck (1992). Para ele, há a necessidade de se ressignificar os conceitos, procurar uma nova adequação dos termos e seus significados ao momento presente.

A hermenêutica das Ciências Humanas renova também a interpretação dos conceitos e cada época reinterpreta e constrói seus significados dependendo da mentalidade do período. Assim, o que produz e o que é produtivo é a cognição que transpõe significados às ideias; é a produção interpretativa que se constrói com os efeitos da recepção das ideias com os intérpretes (JASMIN, 2006).

Em uma de suas obras, *“Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos”*, Koselleck (1992) pontua seis naturezas teóricas dos conceitos. A primeira é de que há a diferença entre a palavra e o conceito. A palavra pode vir a se tornar conceito, entretanto, nem toda palavra é considerada um conceito. A diferença da palavra para o conceito é de que a primeira é possível de ser pensada isoladamente. Ao contrário, o segundo condensa a multidão de objetos, uma palavra possibilita a sua significação enquanto o conceito contém em si múltiplos sentidos dependendo da temporalidade e do lugar em que se situa. A segunda natureza teórica se refere à utilização e ao emprego do conceito. Ele é, ao mesmo tempo, um fato linguístico, mas de certa forma tem relação com a realidade concreta, portanto constrói a (re) significação e sua (re) interpretação à realidade, ultrapassando a dimensão linguística. A terceira aponta para a questão da seleção da escrita para a história dos conceitos, por abarcar conceitos imbricados na confusão entre perguntas e respostas, por isso esse procedimento e a seleção se fazem a partir das análises feitas nos textos comparativos e também dos que analisam a expansão das línguas em conjuntos. Além disso, há também um procedimento que analisa o objeto na medida em que se mantém o mesmo, o que muda é a perspectiva em relação ao objeto. A quarta trata da hipótese de que todos os conceitos são formulados teoricamente, relacionando-se com a realidade única. Dessa forma, as palavras podem permanecer as mesmas, porém o que se altera é o conteúdo designado sobre elas, e as mudanças podem também ocorrer, mesmo que no movimento sincrônico ou diacrônico. Quinta natureza teórica: ressalta a maneira em que a diacronia avalia as alterações de um conceito para outra perspectiva, por isso não é atemporal, remetendo ao impacto e à duração contida na sincronia sucedida pela ressignificação dos conceitos. A sexta é a chave principal para a utilização do método, pois é necessário que haja a distinção da apreensão das palavras de fatos e a realidade concreta em si, uma vez que há diversas perspectivas sobre a realidade concreta que designa um conceito a uma realidade (JASMIN, 2006, p. 30-3).

A história dos conceitos não pode, desse modo, dissociar-se da história social, pois a primeira colabora com elaboração explicativa para a formação social, a história da sociedade, as estruturas, os estabelecimentos da cultura e as formas de organização política. Por isso, elas estão interligadas. O fundamento do conceito é tão complexo como sua compreensão na formação de uma organização da comunidade linguística. Na base koselleckiana, o que dá sentido à história dos conceitos é a diversidade de seu significado e a temporalidade em que se dá. Portanto a elaboração de um conceito pressupõe dar significado às experiências do sujeito na mesma data ou em diferentes momentos. A contribuição do conceito ao trabalho da história é, assim, dar inteligibilidade ao conhecimento em diferentes temporalidades. Do contrário, seria inconveniente à clareza e ao subsídio do conhecimento histórico, da mesma forma que expropriar o conceito de seu contexto produz significação, não correspondendo à história trabalhada e pensada (JASMIN, 2006).

A pesquisa teórica vem, nesse sentido, articular a pesquisa em relação ao objeto de estudo. O conceito de Capitão, que vem sendo instituído na sociedade Kaiowá e Guarani, ao longo do tempo vem se transformando e se moldando ao olhar dos indígenas sobre o mundo (DELGADO, 2003). Dessa forma, a contribuição da história dos conceitos é propor uma perspectiva segundo a qual a análise da maneira em que se constitui um conceito deve, necessariamente, levar em conta o contexto social em que ele é operacionalizado. Segundo Brand (2001), em um dos relatos dos anciões que foram obrigados a se transferir para as reservas, é destacado o fato de o Xamã, que era a principal liderança no *tekoha* tradicional, perder o seu prestígio após a institucionalização do *Capitão*. Mais do que uma simples mudança de nomenclatura, a imposição da posição de Capitão causou uma reconfiguração nas relações de poder da sociedade Kaiowá e Guarani.

3 A CONSTRUÇÃO DA FIGURA DO CAPITÃO NOS CONFINAMENTOS DAS ETNIAS GUARANI E KAIOWÁ EM MATO GROSSO DO SUL

Dessa forma, para fundamentar o conceito de Capitão nas reservas de Kaiowá e Guarani, é necessário a ressignificação dele, pois esse termo foi transposto de outra realidade (no caso, trata-se da linguagem militar) para a sociedade Kaiowá e Guarani. O termo Capitão refere-se ao comandante de um grupo de

exército, chefe de uma tropa. Como foi possível que o conceito de Capitão fosse aceito pelos Kaiowá e Guarani? Certamente, essa figura veio para remodelar a sociedade Kaiowá e Guarani, principalmente pela força política, ditando regras, organizando as decisões, a composição dos grupos, quem pode residir, quem manda e quem obedece, a formação do grupo privilegiado e desprivilegiado etc. No entanto, a configuração se faz não somente em torno dele, mas sim envolve outras posições sociais de prestígio dentro da aldeia: o professor, o agente de saúde, o diretor da escola, o pastor da Igreja, entre outros.

Na Aldeia Guapo'y, a formação desses grupos é bem visível. A partir de análise, pode-se perceber como se estabelecem as relações de poder dentro da aldeia, demonstrando, assim, quais grupos são subalternizados. Neste artigo, nós nos concentraremos na análise da figura do capitão. A escolha do Capitão ocorre desde 1915. Até recentemente, a escolha era feita pelo órgão indigenista, que colocava um indivíduo de certo grupo familiar nesse posto. Logo que essa família se apodera desse posto, ele se torna a posse de um coletivo específico e possivelmente torna-se hereditário. Da mesma forma acontece em outros postos. Um morador da Aldeia Guapo'y conta que o primeiro Capitão da Reserva foi Damásio Vasque, que foi colocado em 1915 para administrá-la. Seu mandato teria ocorrido até em torno da década de 1930. Depois dele, quem ocupou o cargo de Capitão foi seu irmão, Orsiso Vasque.

Em pesquisa de campo de Pereira (2007), na Aldeia Amambai Guapo'y, na década de 1970, quando os Kaiowá já tinham se estabelecido no posto de Capitão, um pequeno grupo de Guarani tentou ir morar na aldeia, porém foram impedidos de se instalar, pois havia certa rivalidade entre os Kaiowá e os Guarani, tanto é que alguns grupos de Guarani não revelam, até hoje, serem Guarani. Para se instalar na aldeia, declararam ser do coletivo Kaiowá. Era a forma de alguns grupos familiares tentarem ser aceitos na aldeia, podendo ocupar a “área de acomodação” (PEREIRA, 2007) na reserva, já que era muito difícil suportar a expulsão forçada e o estigma de seu grupo no lugar em que viviam anteriormente.

4 O IMPACTO DO CONCEITO DE CAPITÃO NA RESERVA DE AMAMBAI

Antes de tudo, vale lembrar que a fundação do Município de Amambai teve início com a criação do distrito de Patrimônio da União a pedido do Cel. Valencio

de Brum para o Governo do Estado, a fim de conceder gleba de terra para a formação do povoamento em 1913. Anexado a Ponta Porã em 1946, o território passou a denominar-se Amambai e, em 1948, desmembrou-se do município de Ponta Porã e elevou-se à categoria de Município.

Pelo decreto-lei estadual nº 208, de 26-10-1938, é criado o distrito de Patrimônio União e anexado ao município de Ponta Porã. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Patrimônio União figura no município de Ponta Porã. Pelo decreto-lei federal nº 9055, de 12-03-1946, o distrito de Patrimônio União passou a denominar-se Amambai. Elevado à categoria de município com a denominação de Amambai, pela lei nº 131, de 28-09-1948, desmembrado do município de Ponta Porã. Sede no antigo distrito de Amambai. Constituído de 2 distritos: Amambai e Antônio João, ambos desmembrados do município de Ponta Porã. Instalado em 01-01-1954. (IBGE, 2012).

A formação administrativa do município de Amambai se constituiu dessa maneira. Foi ainda na primeira metade do século XX que foi se constituindo o aldeamento dos Ava Kaiowá e Guarani nessa região. Alguns moradores da aldeia afirmam que, anteriormente ao aldeamento, esse lugar já havia sido habitado e ocupado pelos Kaiowá e Guarani.

Um estudante entrevistado, conhecido como Kunumi Verá ndaju, o qual também trabalha como funcionário público na aldeia, afirma que “o Capitão entrou no meio dos Kaiowá para substituir o *Ñande Ru*⁵. Ele entrou na aldeia usando força e rigidez para a gente obedecer às regras que eles [órgãos indigenistas] mesmos criam”. Kunumi ainda acrescenta que, antigamente, cada família tinha o seu próprio *Ñande Ru*, e somente ele conduzia cada família dos Kaiowá, aconselhava os mais novos e ensinava como agir respeitando o próximo. Além disso, segundo ele, “o Capitão fez desaparecer os *Ñande Ru* de cada família”, criando um poder centralizador. Sendo levados os *Ñande Ru* da reserva, muitos voltavam para o seu *tekoha*, mas a fazenda já havia ocupado o local. Logo ao retornar, eram despejados e levados novamente para a reserva. Assim aconteceu sucessivamente, até que muitos desistiram de voltar para o *tekoha* e decidiram ficar definitivamente na reserva, mesmo sem poder praticar o seu estilo de vida.

⁵ *Ñande Ru* é um líder religioso que ainda comanda as etnias Kaiowá e Guarani fora da Reserva; dentro da Reserva, foi substituído pelo Capitão, assim como o *Ñande Ru*, que administrava os *tekoha* dos Kaiowá e Guarani.

Brand (2001) descreve a fala de uma Kaiowá⁶, que afirma: “O bom mesmo é ficar sem Capitão”. Tal fala demonstra a inconformidade de alguns Kaiowá com o Capitão invadindo o *Te’yi Guasu* deles, desarticulando seus modos próprios de gerir os conflitos, em suma, reconfigurando as relações de poder, o vínculo de apoio político e social entre os Kaiowá e Guarani, desarticulando os antigos vínculos de parentela. É nessa perspectiva que o conceito de Capitão está sendo colocado em questão pelos Kaiowá e Guarani. Aliás, a própria liderança atual da Guapo’y Amambai rejeita esse termo, porque, primeiramente, a palavra faz-nos pensar em uma figura que representa um sujeito do quartel. Segundo Koselleck, a palavra em si, quando não se altera, transforma-se em cada espaço e tempo. No caso da sociedade Kaiowá e Guarani, a intenção da imposição da figura do Capitão é exatamente para poder manter os Kaiowá e Guarani aldeados, reservados e reduzidos a um minúsculo espaço, a fim de se liberarem áreas para a criação de fazendas e, ao mesmo tempo, utilizar-se da força de trabalho indígena.

Nas entrevistas realizadas com os moradores da Aldeia Amambai, percebemos que já se tornou comum entre eles a utilização da palavra “Capitão”. No entanto, a maioria prefere o termo “liderança indígena”, sem necessariamente contestar o emprego do termo anterior. Alguns, contudo, parecem resistir à utilização da palavra “Capitão”. Um morador, que se envolve com o movimento Guarani e Kaiowá, incomoda-se com o emprego do termo:

Antigamente a aldeia era administrada pelo Nñande Ru, para ser um Nñande Ru precisa ter muitos anos de preparação, porque é ele que vai ser referência na Aldeia. [...] Hoje em dia, como as comunidades Guarani e Kaiowá são administradas pelos capitães, muitas vezes, [eles] não se preparam direito para administrar, não seguem o lema do Nñande Ru, e por isso que os conflitos na comunidade não conseguem se resolver, eles usam força e violência para resolver problema. (Entrevista com morador)

O conceito de Capitão, desse modo, deve ser entendido a partir do processo de aldeamento dos indígenas (PERRONE-MOISÉS *in* (CUNHA, 2009), em geral, e de confinamento (BRAND, 2001) dos Kaiowá e Guarani. Assim, na perspectiva skinneriana, vale ressaltar que o conceito de Capitão vem se configurando para que haja de fato a colonização, afetando diretamente a aldeia. Criou-se, a partir

⁶ Brand entrevistou uma anciã, Lucila Vilhauva, Kaiowá, da Reserva Indígena de Dourados.

da institucionalização da posição de capitão, uma nova figura que não cabe em outros contextos, pois ela conseguiu reconfigurar aspectos da cultura dos Kaiowá e Guarani para remodelar a política e a forma de organização dessa sociedade. Com o conceito de capitão, surgem novos arranjos políticos, assim como uma nova estratégia de aliança e de articulação de grupos no interior da reserva.

Das oito pessoas entrevistadas, todas afirmam que a figura do Capitão impactou o modo de ser dos Kaiowá e Guarani, contribuindo, principalmente, na perda do espaço do *Ñande Ru* nas decisões feitas entre os moradores. Na fala de um morador, que reside na região do Sertão, na Guapo'y, ele cita a necessidade de preparo, presente entre os *Ñande Ru*, para ser um líder Kaiowá e Guarani. Segundo ele, não basta apenas saber o que é política para os Kaiowá; é necessário se tornar uma referência na comunidade. Em uma das conversas com um jovem que estuda na cidade, este relatou que uma vez perdeu o ônibus escolar para voltar a sua casa. Ele foi a pé, mas, no caminho, foi abordado por um grupo de “malukos”⁷ e por eles espancado. Ele teria conseguido fugir quando os malukos estavam desatentos, verificando sua mochila. Ele contou que esses grupos foram contratados por famílias que residem perto da casa dele, pois os seus pais tinham se desentendido com o vizinho. A ideia era assustá-lo. O jovem também disse que: “Se fosse o *Ñande Ru* isso, não teria acontecido, pois ele iria fazer reza a meu favor e aconselharia a minha família a não entrar em conflito com vizinhos e iria aconselhar também os outros vizinhos”. E ele acrescenta que o Capitão foi a sua casa, com sua equipe de segurança, acabando por acirrar ainda mais o conflito.

Outro morador disse que o cargo de Capitão só fica na posse das pessoas que fazem parte da mesma parentela. Recentemente, em torno de 2003, uma pessoa de outra parentela conseguiu ocupar o cargo. Segundo o entrevistado, armaram para esse então capitão: ele ficou três meses no cargo e, depois, foi preso por ter sido acusado de portar arma de fogo na sua residência. O fato é que, conclui o entrevistado, essas parentelas que estão no poder não querem outros grupos ocupando o cargo mais importante da aldeia. Ele revela que a rivalidade étnica faz parte dessa disputa pelo poder dentro da aldeia: os Kaiowá não querem, segundo ele, que os Guarani consigam representação.

⁷ Grupo de gangues (formado tanto por homens quanto por mulheres, geralmente jovens ou até crianças) que vive praticando crimes e violência durante a noite, cujos membros são chamados pelos moradores de “Malukos”.

Atualmente, ocorre eleição para que os moradores da Guapo'y coloquem representante no cargo de liderança indígena. No “barracão”, que se localiza no Posto Central, a comunidade faz uma reunião para montar uma comissão a fim de decidir quem serão os candidatos que concorrerão ao cargo. A última eleição ocorreu no ano passado. Conforme mencionado anteriormente, foram oito candidatos a disputar o cargo de capitão. Dentre eles, uma mulher se candidatou; ela também ocupa cargo de funcionária pública na comunidade. A maioria dos candidatos é do Posto Central e poucos habitam as regiões periféricas da aldeia. A geografia desse território, portanto, expressa as assimetrias de poder entre os seus moradores. O ganhador da eleição também pertence ao Posto Central, no entanto, pertence à etnia Guarani. O vice da chapa vencedora, todavia, pertence à parentela do antecessor, o qual rompeu com este último após conflitos em torno da sucessão ao cargo.

Essas situações são somente alguns exemplos das várias tensões presentes na Aldeia Amambai. O espaço reduzido, sem nenhum reconhecimento ao modo de viver dos Kaiowá e Guarani, a escassez de recursos na comunidade, o desconhecimento das autoridades públicas e a forma como os Kaiowá e Guarani concebem a política acabam gerando uma nova forma de organização social entre os Kaiowá e Guarani da Aldeia Amambai.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se trazer uma reflexão do impacto do conceito de capitão, assim como apresentar práticas relacionadas ao modo de viver dos Kaiowá e Guarani, pontuando as contribuições da história dos conceitos para se entender a construção da figura do capitão. Através do estudo do conceito propriamente de “Capitão”, foi possível desvendar uma trama de relações construídas em meio aos Kaiowá e Guarani para que estes possam novamente rearticular sua organização social e política após o “esparramo”⁸. Fazendo um panorama do processo da criação das reservas em Mato Grosso do Sul, abordou-se como os moradores da reserva Amambai concebem o termo capitão, já naturalizado, porém não totalmente aceito, entre eles.

⁸ Com a política de aldeamento imposta em Mato Grosso do Sul, os indígenas são obrigados a deixar seus territórios tradicionais e mudarem para as aldeias então demarcadas. Para os mais velhos, esse período é chamado de *Sarambi* (esparramo).

No noticiário, nos jornais e na divulgação geral relacionada às sociedades Kaiowá e Guarani, muitos têm utilizado o termo Capitão ao se referir às lideranças indígenas. Mesmo sendo eliminado formalmente, o conceito de capitão, ao se adentrar na organização política dos Kaiowá e Guarani, acabou por criar um novo arranjo político entre os moradores da Guapo'y, e muitos dos seus habitantes ainda se orientam nessa categoria, para conceber tanto a posição social das lideranças indígenas como as relações de poder dentro das aldeias.

REFERÊNCIAS

BRAND, A. O bom mesmo é ficar sem capitão: o problema da “administração” das reservas indígenas Kaiowá/Guarani, MS. *Tellus*, Campo Grande, MS, ano 1, n. 1, p. 67-88, 2001.

CAVALCANTE, T. L. V. Lideranças indígenas e a luta pela terra como expansão da organização sociopolítica Guarani e Kaiowá. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 182-205, jan./jun. 2015.

CUNHA, Manuela Carneiro. *História dos índios no Brasil*. Companhia das Letras: São Paulo, 2009.

DELGADO, L. A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História oral*, v. 6, p. 9-25, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Amambai*. Brasília, DF: IBGE, 2012. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/amambai/historico>. Acesso em: 10 set. 2018.

JASMIN, M. G. *História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2006.

KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-46, 1992.

MELIÀ, B. (Ed.). *Guarani Continental: povos Guarani na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai*. Campo Grande: EMGC, 2016.

MORAES, J. A. S. O pentecostalismo entre os índios da reserva indígena de Dourados, da década de 1980 aos dias atuais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 12., Seção Mato Grosso do Sul, 2014. *Anais [...]* Campo Grande: UFMS, 2014. Disponível

em: http://www.encontro.ms.anpuh.org/resources/anais/38/1412825204_ARQUIVO_comunicacao-anpuhms2014_jose-augusto-santos-moraes.pdf. Acesso em: 8 de setembro de 2018, às 14 horas.

PERRONE-MOISÉS, B. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (século XVI a XVIII). In: CUNHA, M. C. (Org.). *História dos índios no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PEREIRA, L. M. Mobilidade e processos de territorialização entre os Kaiowá atuais. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, MS, v. 1, n. 1, 2007.

Sobre os autores:

Makiel Aquino Valiente: Acadêmico do Curso de História na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Amambai). **E-mail:** aquino.makiel@gmail.com, **Orcid:** <http://orcid.org/0000-0002-9546-1541>

Rogerio da Palma: Doutor e mestre em Sociologia e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Com bolsa de doutorado-sanduíche ofertada pela CAPES, foi Visiting Scholar na University of Michigan (EUA). Professor adjunto da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Amambai), lecionando e orientando pesquisas nos cursos de Ciências Sociais (presencial e EaD) e no curso de História desta unidade. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em sociologia histórica, atuando principalmente nos seguintes temas: relações étnico-raciais, racismo, migrações, pós-abolição e mercados de trabalho. **E-mail:** rpalma@uems.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-9848-1791>

Recebido em 6 de novembro de 2018.

Aprovado para publicação em 10 de abril de 2019.